

Apresentação

O presente número da Revista CPC, agora em seu terceiro ano, evidencia sua consolidação como “*espaço de discussão e reflexão dedicada às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos aberta a profissionais, pesquisadores e estudantes de várias áreas do conhecimento*”, conforme escrevia a Profa. Ana Lanna na apresentação de seu número inaugural. De fato, constatamos com satisfação o caráter diversificado das contribuições que compõem a presente edição.

Apontando a responsabilidade do município diante da preservação de seu respectivo patrimônio cultural – mesmo que este esteja incluído entre os bens declarados ‘patrimônios da Humanidade’-, o artigo de Rebeca Medina faz um diagnóstico dos instrumentos jurídicos de regulamentação urbana disponíveis na Argentina para tal objetivo, visando contribuir para seu aperfeiçoamento. Um dos aspectos mais destacados diz respeito à área envoltória dos bens tombados – considerados ‘espaços culturais’ pela autora -, questão que tem sido tema de estudos e re-avaliações recentes entre nós.

É também uma avaliação dos instrumentos jurídicos voltados à preservação do patrimônio disponíveis aos municípios o tema do artigo de Cristiana Maria de Oliveira Guimarães – no caso, a chamada *Lei Robin Hood*, que faculta a inclusão de ações referentes à educação, saúde, agricultura, preservação do meio-ambiente e do patrimônio cultural nos critérios de cálculo do repasse da parcela do ICMS devida aos municípios, no estado de Minas Gerais. A partir da análise do caso da cidade de Governador Valadares, a autora delinea o alcance e as limitações da bem-intencionada peça jurídica.

Mário Omar Fernández e David Cohen apontam a contribuição das ciências naturais na estruturação das disciplinas de restauração na Colômbia, imprimindo desde cedo uma abordagem interdisciplinar à questão. Apontam, ainda, o tratamento privilegiado que a questão da conservação preventiva tem merecido por parte do Ministério da Cultura naquele país. Trata-se, portanto, de uma trajetória muito diversa da experiência brasileira, tanto em relação às origens da tutela oficial do patrimônio, quanto à filosofia a embasar as iniciativas de restauro - que, entre nós, parecem favorecer intervenções de grande porte e grande visibilidade, em detrimento de um processo contínuo de monitoramento e solução de problemas de manutenção dos bens culturais.

Precisamente um exemplo de aplicação das ciências naturais com vistas à conservação preventiva do patrimônio cultural é o tema do artigo de Aranda Reys, Eliane del Lama e Lauro Dehira, que nos brindam com uma avaliação criteriosa do estado de conservação dos monumentos de pedra existentes no centro da cidade de São Paulo e do impacto da poluição ambiental na sua preservação.

O artigo sobre o Monumento ao Soldado Constitucionalista, em Ribeirão Preto, nos conduz a uma instigante – e, sob alguns aspectos, desalentadora - reflexão sobre o significado atual dos monumentos intencionais para seu público-alvo, os moradores das cidades. Configura-se, assim, como importante contribuição dos autores Willian

Righini de Souza e Giulia Crippa a todos aqueles envolvidos na sempre desafiadora tarefa da preservação do patrimônio cultural entre nós.

Sandra Alves Horta aborda as características do rico e inusitado acervo de Imprensa Popular do Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, bem como o tratamento a ele dispensado quando de sua doação ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Apresenta-nos, assim, a metodologia de trabalho então desenvolvida, bem como o potencial do próprio acervo para pesquisas futuras.

Enfatizando a importância da atribuição de uso aos bens culturais como condição indispensável para sua preservação, o artigo de Berna Valderrama e Melissa Oliveira sobre as vilas operárias da fábrica Brasital, em Salto, nos mostra a dinâmica acelerada de transformações a que está sujeito este tipo de patrimônio industrial, tanto ao longo da história da própria fábrica quanto, principalmente, a partir de sua desativação. Os diferentes destinos que couberam ao patrimônio da fábrica suscitam reflexões sobre possíveis estratégias para sua preservação.

Finalmente, Fernando Atique nos apresenta o importante trabalho de Eduardo Carlos Pereira, *Descortinando outra face do Patrimônio Rural Paulista*, importante manancial para pesquisas sobre bens culturais relacionados à imigração européia no estado de São Paulo. Trata-se de uma nova edição revista e significativamente ampliada do livro originalmente publicado em 1987, que vem evidenciar a importância de trabalhos análogos para o aperfeiçoamento das políticas preservacionistas brasileiras.

Mais uma vez, nossos agradecimentos a nossos colaboradores.

Maria Lucia Bressan Pinheiro